



ACÓRDÃO Nº929/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11575/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo – EMTU.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Euler Carlos de Souza Cordeiro (Ordenador de Despesa), Elizabeth Marinho Gonzales (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2438/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU. Exercício de 2017.

*Regularidade. Irregularidade. Alcance. Multa.
Determinação. Recomendação. Ciência.
Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU, exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Elizabeth Marinho Gonzales**, ex-Diretora pelo período de 16/01 a 24/01/2017, nos termos do art. 22, I, da Lei Orgânica desta Corte (Lei nº 2.423/1996);
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU, exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro**, ex-Diretor pelo período de 25/01 a 31/12/2017, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96;
- 10.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro**, ex-Diretor, no valor de **R\$ 27.201,00** (vinte e sete mil, duzentos e um reais),



ACÓRDÃO Nº929/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

pela não comprovação das despesas relativas à concessão de diárias (impropriedade 10), cujo montante deverá ser recolhido na esfera municipal para o Órgão da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, **no prazo de 30 dias**, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 –RITCE/AM);

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro, ex-Diretor, no valor de **R\$ 7.000,00** (sete mil reais), com fundamento no art. 308, V, do Regimento Interno desta Corte, em razão da permanência das impropriedades 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 10 constantes no Relatório Conclusivo nº 244/2019 (fls. 8048/8057), todas descritas no Relatório/Voto, cujo montante deverá ser recolhido **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Determinar à atual gestão da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo – EMTU:

- a)** Que regulamente, **no prazo de 90 dias**, de forma expressa e objetiva, por ato próprio, os requisitos, deveres e obrigações dos servidores do EMTU que recebem diárias, visando a comprovação transparente do devido uso e deslocamento das diárias recebidas;
- b)** Que se abstenha de conceder diárias aos servidores do EMTU enquanto não cumprida a determinação anterior;
- c)** Caso realize contratação de empregados, que estabeleça a fixação do salário base de novos empregados de acordo com a legislação vigente;
- d)** Que mantenha atualizada as pastas funcionais de seus empregados, sob pena de multa nos termos do art. 54-VII da Lei 2.423/96;
- e)** Que se abstenha de realizar contratações direta de empregados para o seu quadro de pessoal;

10.6. Recomendar à atual gestão da Empresa Municipal de Transportes



ACÓRDÃO Nº929/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Urbanos de Presidente Figueiredo - Emtu que adote medidas quanto à alteração e atualização da legislação no que diz respeito ao quadro de pessoal do órgão;

10.7. Dar ciência aos responsáveis, no caso, a **Sra. Elizabeth Marinho Gonzales** e o **Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro**;

10.8. Arquivar o processo nos termos regimentais, após tomadas as providências devidas.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Setembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral